A TV digital chegou! E com ela a interatividade. Será? [1]

Ariane PEREIRA[2]
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava/PR

RESUMO

Este texto configura-se como uma reflexão-conversa acerca da mais propalada das características da TV digital: a interatividade. Tão festejada, essa "possibilidade" de troca entre os personagens televisivos (jornalistas, artistas, animadores, atores...) e os respectivos telespectadores, mediada pelo meio televisão, tem sido colocada como realidade por muitas emissoras, programas e telejornais. Mas será que a interatividade já se concretizou? Partindo desta indagação, nossa conversa se dará a partir da reflexão sobre "quadros" telejornalísticos "vendidos" como interativos. O que se pretende é saber se a interatividade é, será ou não uma possibilidade concretizável e, sobretudo, como ela pode alterar a linguagem e o modo de fazer telejornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: TV digital; telejornalismo; interatividade; linguagem telejornalística.

Preambulações...

Há alguns anos já ouvimos: "seu modo de ver TV não será mais o mesmo?". Então pergunto: "Ah..., não? E por que?".

_ Por conta da televisão digital.

_ E o que vai mudar?

_ Mudar não, já está mudando.

_ O quê? Até agora não percebi nada... O telejornal que a gente assiste, por exemplo, o que mudou?

Se meu interlocutor for paranaense, provavelmente, responderá dando como exemplo de interatividade, a mais festejada das possibilidades da TV digital, o quadro *Na Hora Certa*, onde os telespectadores são convidados a enviar, pela internet, imagens produzidas por eles para avaliação dos editores e provável veiculação pelos telejornais das emissoras pertencentes ao grupo RPC, afiliadas Rede Globo. Sobre este quadro e a interatividade presente (ou não) nele, voltaremos a conversar em instantes...

[1] Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Jornalista, mestre em Letras, doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora efetiva do Departamento de Comunicação Social da Unicentro, email: ariane_carla@uol.com.br.

Falando, de maneira simplificada, de televisão e TV digital

A história da televisão, desde sua origem até a contemporaneidade, pode ser dividida, sobretudo para efeitos de análise, em três estágios/períodos. O primeiro deles tem início com a origem da TV e vai até a década de 1970. Epoca em que o veículo televisão se caracteriza pelo número reduzido de canais cujas concessões, espécie de permissão para explorar o serviço de radiodifusão, eram concedidas pelo governo. A justificativa para esse "modelo" de televisão era a limitação do espectro, já que as faixas de transmissão comportavam um número definido de canais. Fator que resultou/originou nos/os oligopólios de comunicação. Outro ponto a ser destacado sobre as concessões é que em troca delas os governos exigiam a exibição de programas de prestação de serviços – como os de conteúdo educativo, informativo ou político. Remonta deste período o financiamento dos canais/emissora por anúncios publicitários, nos Estados Unidos e América Latina, e pelo Estado, na Europa.

A década de 1970 é marcada por uma série de "evoluções" tecnológicas que resultaram numa "revolução" na já revolucionária televisão. São deste período, embora tenham se consolidado na década seguinte, as TVs a cabo e por satélite. "Modelos" que marcam o segundo estágio da televisão e que exigiram nova regulação. Afinal, o número de canais aumentou consideravelmente; a programação passou a ser mais segmentada, dirigida a um público menor, porém mais identificado com o canal. Enquanto os canais da primeira etapa transmitem seus sinais gratuitamente, aqui inaugura-se um novo negócio baseado na assinatura de pacotes de programação. Ao contrário dos anos anteriores, quando a TV era um serviço público, as concessões adquirirem caráter privado e são os transmissores que controlam o conteúdo.

O terceiro estágio evolutivo da televisão é o da TV digital – ou seja, a produção, transmissão e recepção digital dos sinais audiovisuais. As pesquisas para essa nova "era" da TV tiveram início no final dos anos de 1980 e se consolidaram na década seguinte quando foram lançados os dois primeiros padrões, o americano (ATSC) e o europeu (DVB). O terceiro padrão (ISDB) foi lançado apenas em 2003, pelo Japão – país que deu o pontapé inicial nas pesquisas para uma TV de alta definição.

Televisão digital que é considerada o início de uma nova era na relação emissoras-telespectadores/mídia, uma revolução nas maneiras de se fazer e se ver TV. Isso porque as diferenças deste novo sistema – quando comparado ao tradicional, analógico – são muitas, perceptíveis e inovadoras.

A vantagem mais facilmente percebida e discutida da transmissão em sistema digital é a conservação da qualidade do sinal. O número de linhas horizontais nos canais receptores, nos atuais sistemas analógicos, não passa de 330. Por isso, a ocorrência de de interferências e ruídos, os conhecidos "chuviscos" e "fantasmas". Na transmissão digital, a imagem recebida pelos aparelhos tem 1080 linhas de definição. Além disso, no novo sistema, os sinais de som e imagem são representados por uma seqüência de *bits*, e não mais por uma onda eletromagnética análoga ao sinal televisivo. Isso impacta diretamente na qualidade da imagem que vemos na TV.

Outro fator a implicar em perda da qualidade da imagem na TV analógica é a interferência de um canal sobre outro. Ou seja, quando as freqüências são muito próximas os sinais de dois ou mais canais podem se misturar, mesclar. Nos televisores isso é facilmente percebido. Quem ao sintonizar os canais de um aparelho já não se deparou com um canal/emissora funcionando bem num certo número, e em outros esse mesmo sinal ser perceptível através de imagem ou áudio com interferências, ruídos? Com a implantação da TV digital isso não continuará ocorrendo. Os sinais de cada emissora serão transmitidos apenas em seu respectivo canal. Com isso, os canais vagos poderão ser ocupados.

Ainda em relação a imagem, não é possível comparar os sistemas analógico e digital sem tratar do formato desta e, conseqüentemente, dos televisores. Na tradicional, a tela tem proporção de 4x3, mais quadrada, enquanto na HDTV esta relação é de 16x9, mais retangular, o que impacta – sobretudo – na produção televisiva. Afinal, a composição das cenas implica numa nova estética, num olhar novo para a definição também de quadros e ângulos.

Outra vantagem técnica e de sinal da TV digital é a possibilidade de compactação deste. Na tecnologia analógica, os sinais não podem ser comprimidos ou compactados. Ou seja, cada *pixel* precisa estar incluído no sinal, totalizando 378 mil *pixels* por quadro, o que ocupa todo canal de 6 MHz disponível no sistema brasileiro. Já os sinais da transmissão digital podem ser compactados e, conseqüentemente, não há necessidade de utilização de toda a banda na transmissão. Isto significa a possibilidade de que mais conteúdo seja veiculado por cada banda. Ou seja, cada banda que hoje comporta um canal – que representa uma emissora, ou seja um conteúdo ou programação – de TV, poderá, com a digitalização, transmitir o sinal de até quatro canais, emissoras, conteúdos ou programações diferentes.

Porém, as diferenças ou vantagens da TV digital, numa comparação com a televisão analógica, vão além do sinal e da imagem. E neste ponto residem as inovações mais profundas permitidas pelo novo sistema e, também, onde se encontram as maiores expectativas e promessas. E aqui as palavras-chave são interatividade, portabilidade e mobilidade.

Sendo que as duas últimas se complementam. Afinal, a portabilidade diz respeito a recepção – gratuita - dos sinais, em formato digital, das emissoras de TV abertas em equipamentos como laptops, celulares, televisores portáteis. Já a mobilidade refere-se a recepção da programação por esses mesmos aparelhos mesmo que estes estejam em movimento – o que significa a possibilidade de acompanhar a novela, o telejornal ou o filme caminhando, no carro, no trem ou no ônibus.

A interatividade é, sem dúvida, a característica mais propalada/divulgada/festejada da TV digital. Afinal, significa, em tese, o fim da unilateralidade nas transmissões televisivas. Ou seja, o assistir televisão deixa de ser um ato passivo, e o telespectador se torna um agente nesse processo, podendo com apenas um toque no controle remoto interagir com a emissora. As possibilidades com abertura desse "canal" são inúmeras. O telespectador pode votar em programas como *realitys shows*, responder a testes, participar de debates, acessar mais informações sobre o conteúdo (programa), comprar – desde produtos anunciados nos intervalos comerciais até a roupa da apresentadora do telejornal ou o lençol que aprece numa das cenas da novela, e, sobretudo, tornar-se produtor de conteúdo, contribuindo para a construção da programação da emissora ou do fechamento de uma reportagem, por exemplo.

Inquietações...

Por todas essas características ímpares, a TV digital, contemporaneamente, provoca muitas discussões. Uma delas representada por esta reflexão-conversa. Dessa maneira, o que aqui apresento não são teorizações, apenas inquietações... Inquietações que trago já há algum tempo e dizem respeito, num primeiro momento, a linguagem do telejornalismo. Linguagem – o diálogo mesmo jornalista-telespectador como também a técnica – esta que tem na digitalização da produção, recepção e transmissão de informações um propulsor para mudanças e, porque não, para se definir efetivamente.

Afinal, será que, nesse momento, podemos afirmar que o jornalismo de televisão brasileiro tem uma linguagem própria? Questionamento que tem lugar já que países

distintos tem culturas distintas, e como tal precisam de um jornalismo e de um telejornalismo próprios.

Se nós voltarmos um pouquinho no tempo, nos primórdios da TV no Brasil, vamos perceber, e eu não estou falando nenhuma novidade, que a maneira de fazer telejornal foi transposta do rádio(jornal). Com o decorrer do anos, com o desenvolvimento das tecnologias aplicadas a TV, alguns elementos foram acrescentados, mas não se mudou muito, há uma continuidade.

E para evidenciar isso, faço uma pergunta aos jornalistas ou estudantes de jornalismo: que livro foi/é mais utilizado pelos professores de telejornalismo de vocês para ensinar normas e técnicas de redação e termos técnicos? Com certeza, a imensa maioria responderá *O texto na TV – Manual de Telejornalismo*, de Vera Iris Paternostro. Também aprendi com esse livro e também "ensino" com este livro que é da década de 1980. Ou seja, quase trinta anos se passaram e nada mudou ou pouco foi acrescentado. Mesmos os livros que vieram depois, como *Jornalismo de TV,*da Bistane e da Bacellar, e *Telejornalismo no Brasil,* do Guilherme Resende, não acrescentaram muito, são paráfrases do que já havia sido dito. Isto é, a linguagem do telejornalismo no Brasil, aos longo das últimas décadas (e dévadas para televisão é muito tempo porque a idade desta ainda pode ser contada em décadas), permanece inalterada ou praticamente. Somente agora, com o advento da TV digital é que essa linguagem telejornalística dá indícios que vai mudar, de que começa a mudar.

Um exemplo desta transformação ainda em formação é a utilização de imagens produzidas pelo telespectador. Até pouco tempo, as imagens exibidas pelos telejornais eram exclusivamente produzidas pelos cinegrafistas e/ou repórteres cinematográficos das emissoras, exceção apenas aberta para imagens de amadores quando a emissora não havia "flagrantes" de fatos importantes, como o incêndio no shopping ou o desabamento de um prédio. Hoje, a realidade é outra. As próprias emissoras e telejornais estimular o envio de imagens diversas produzidas pelo telespectador. Qual a razão da mudança?

A partir da perspectiva de onde observo, são dois os motivos, e ambos convergem para a televisão digital. O primeiro deles está relacionado a qualidade da imagem. Até bem pouco tempo, ter uma câmera filmadora era privilégio para poucos, afinal, elas custavam muito e assistir as cenas caprtadas era decepcionante por conta da falta de nitidez, do contraste de cores, etc... Hoje, câmeras com qualidade digital, claro que inferior a das câmeras profissionais das emissoras, são mais baratas e estão ao

alcance de todos, são poucos os celulares que não possuem uma. A outra razão diz respeito a interatividade. Tanto se falou na possibilidade de troca receptor-emissor televisivos que o telespectador espera por isso, não só espera como tem uma grande ferramenta em mãos para a produção de conteúdo imagético, o celular com câmeras digitais, que deixou de ser exclusividade dos cinegrafistas e suas câmeras profissionais.

Das preambulações às inquietações: voltando ao *Na Hora Certa* ...

Para podermos dar continuidade a este "papo", é preciso que se estabeleça uma interação autora-leitor(a). Sugiro que você ligue seu computador (se este não for um livro digital), acesse a internet e entre no link:

O vídeo, transmitido no ParanáTV primeira edição, enviado por um telespectador, mostra alguns ciclitas pegando "carona" na traseira de caminhões na avenida Colombo, a de maior movimento de Maringá, cidade com pouco mais de 300 mil habitantes do interior paranaense. O formato utilizado é vinheta "Na hora certa" seguida por imagens com narração breve de uma das apresentadores do telejornal e vinheta "Na hora certa" para encerrar.

O quadro "Na hora certa" não tem periodicidade determinada, ele é utilizado de acordo com a postagens de vídeos por telespectadores-cinegrafistas-internautas. Assim, uma edição pode não trazer nenhum vídeo como pode trazer um ou mais deles. As temáticas são bem variadas, os vídeos podem mostrar uma abóbora gigante que nasceu, inesperadamente, no terreno da dona Maria; o papagaio-cantos do seo José ou um flagra de trânsito como o abordado.

O formato, como já afirmado anteriormente, representa, senão uma mudança na linguagem telejornalística, pelo menos, um indício de "evolução" no modo de fazer jornalismo de TV. Alteração esta que se dá, sobretudo, pelas possibilidades da tecnologia ao alcance dos cidadãos comuns na contemporaneidade e da interatividade prometida pelas emissoras de comunicação e esperada, com ansiosidade, pelos telespectadores (sobretudo, por aqueles que tem acesso às tecnologias).

Ao analisar o "Na hora certa" (e poderia ser qualquer quadro com participação do telespectador, que envia imagens, e se diz interativo), a qualidade da imagem não está em discussão, as colocações (ou inquietações) a seguir dizem respeito a qualidade da informação e a linguagem telejornalística.

Em primeiro lugar, boa parte dos vídeos postados pelos telespectadores e exibidos pelos telejornal são frugais, com baixo nível de interesse e utilidade pública, não respondendo aos critérios de noticiabilidade. Porém, alguns deles, como o exemplo citado, é relevante jornalisticamente. Afinal, a carona dos ciclistas que se apoiam na carroceria de caminhões é perigosa, representa perigo para o próprio ciclista, para o caminhoneiro que, muitas vezes, não sabe que está dando carona a uma ou mais bicicletas, e aos outros motoristas, em geral, que, a qualquer momento, podem ser surpreendidos por um ciclista e/ou uma bicicleta que perdeu(ram) a direção ao pegar carona num caminhão.

Porém, embora o assunto seja bastante relevante ele é pouco explorado. A informação foi somente visual, apenas a enviada pelo telespectador – que atua como tal não exercendo o papel do jornalista, que é o da investigação. O texto se limita a uma descrição verbal das cenas, o que, recorrendo ao velho *O texto na TV – Manual de Telejornalismo*, de Vera Iris Paternostro, é um entendimento equivocado da linguagem telejornalística: "O texto não deve ser descritivo. Não há necessidade de se descrever o que o telespectador está vendo. Evite redundâncias entre imagens e texto" (PATERNOSTRO, 1988: p.53).

Isso significa que o jornalista e o telejornal não complementaram informacionalmente as imagens que têm caráter de denúncia. Acredito que se um telespectador gasta seu tempo fazendo imagens como essas é porque está descontente com a situação, com a falta de fiscalização e punição pelos órgãos de trânsito competentes. Dessa maneira, o telespectador se indignando com uma situação, mandando imagens que a denunciam, a TV utilizando essas imagens e só, é possível afirmar que temos interatividade?

Não. Afinal, interatividade significa troca. Quando um telespectador envia imagens para uma emissora de TV e esta as exibe sem nada acrescentar, a última não deu um retorno ao primeiro, apenas utilizou as imagens dele. O telespectador fez o papel dele. Viu a situação, se indignou, captou as cenas de flagrante e enviou para a televisão, para que os jornalistas dessem continuidade a denúncia a apurando. Nesse momento, interativamente, entraria a equipe de reportagem, que poderia/deveria ir até o local, colher mais imagens-flagrantes, tentar ouvir os ciclistas (se sabem que correm riscos, o por que se arriscam...), ouvir os caminhoneiros (se percebem a carona, se se preocupam, se é frequente...).

Apuração esta que levaria a informação, informação que faz do jornalismo agente propulsor de mudança no dia-a-dia de cidadãos, como o telespectador que enviou as imagens e, certamente, não está satisfeito com a situação, como os que verão as imagens e, provavelmente, também se indignarão e demandarão respostas. Questionamentos que, continuidade no processo de interação, o telespectador gostaria de fazer e não tem condições, por isso, o jornalista atuaria como a voz dos cidadãos. Questionamentos que deverão ser feitos aos responsáveis pelo trânsito na cidade, guarda municipal e/ou polícia militar: Vocês sabiam dessa situação? Como não se o morador sabe, não é função da PM e da guarda municipal fiscalizar, zelar pelo bom andamento do trânsito e pelo cumprimento das normas de trânsito? Sabiam? E por que nada foi feito? E, agora, que providências serão tomadas? Questionamentos que podem ter a participação do telespectador via telefone ou compartilhando a mesma entrevista, a tão pretendida troca, a tal da interatividade.

Primeiras considerações feitas, evidencio meu ponto-de-vista: não concordo com o formato, com a maneira como as cenas enviadas pelo telespectador são exploradas. As imagens pelas imagens não bastam, é preciso informar. Por não compactuar com esta maneira das emissoras de TV "interagirem" com o telespectador, no III Encontro Globo-Intercom, realizado em julho de 2009, na sede da emissora, no Rio de Janeiro, questionei ao diretor de Jornalismo, Carlos Henrique **Schreder**, sobre a utilização "indiscriminada" das imagens enviadas pelos telespectadores. **Schreder** afirmou que, no Rio e em São Paulo, e que essa é a diretriz para todas as praças, antes que um assunto/uma imagem enviada pelo telespectador-internauta seja exibida ela precisa ser checada, sem ser checada não vai ao ar.

Então, se a imagem-informação precisa ser checada, por que as informações decorrentes dessa checagem não chegam ao telespectador? Se eu vou deslocar uma equipe para checar a veracidade das imagens e apurar informações, por que essa equipe já não aproveita e fecha um VT utilizando, claro, também as imagens do telespectador, valorizando muito mais o assunto? A minha perspectiva, é a de que essas imagens, na maioria das vezes, não são checadas. E o que mais me incomoda são as respostas possíveis para o por que dessa prática: 1) por falta de compromisso com a verdade e, portanto, com o telespectador; 2) para não "gastar" tempo – que em televisão literalmente é dinheiro – das equipes cobrindo um assunto que já tenho imagens.

Voltando a interatividade, o principal argumento na defesa do formato. As imagens feitas no celular pelo telespectador são enviadas para emissora via celular mesmo ou computador ligados a internet, depois são transmitidas pela emissora para os televisores de outros internautas. Estes, se quiserem comentar a notícia, precisarão, também, de uma máquina com acesso a internet. Ou seja, nesse ciclo o que temos é a convergência das mídias, porém, não interatividade. Mas poderia ser interatividade? Poderia. Como?

Passando às proposições (de como fazer telejornalismo interativo)...

Uma opção seria convidar o telespectador, da mesma maneira como hoje, a registrar imagens e enviá-las ao telejornal. Essas imagens serviriam como uma sugestão de pauta para que as equipes de reportagem, realmente, reportassem o assunto. No momento dessa matéria ir ao ar, antes, o apresentador/editor colocaria no ar as imagens enviadas pelo telespectador (que, claro, gosta de se ver na TV e ficaria feliz o que garantiria ao telejornal e à emissora uma audiência fiel), depois diria que a partir da sugestão do telespectador "tal", os repórteres foram investigar o assunto. Ao final da reportagem,o tema poderia ser polemizado em estúdio ou link. Nesse momento, o telespectador, por telefone, poderia ter a oportunidade de fazer uma pergunta ao convidado. Outra hipótese, no caso de assuntos mais leves, é colocar o telespectador, por telefone mesmo ou na bancada ou no link conversando com o repórter e o cinegrafista sobre o porque enviou o assunto, se gostaria de destacar algo mais referente ao que foi mostrado, se tem mais alguma sugestão. Essa participação no processo é interatividade e não o simples envio de imagens, utilizadas sem aprofundamento.

Um formato como o sugerido não atenderia apenas aos pré-requisitos da interatividade. Iria além, atendendo, também, ao que preconizam algumas das teorias do jornalismo. Uma delas é a Teoria da Agenda-Setting, proposta por McCombs. Para o autor e para outros estudiosos do agendamento, existem critérios de noticiabilidade que vão colocar e re-colocar assuntos em pauta, retirá-los da pauta ou fazer com que determinado assunto nunca entre em pauta. Esses critérios, eles podem ser exercidos, involuntariamente, pelos próprios jornalistas, pelos leitores/ouvintes/telespectadores e também pelos personagens políticos da sociedade. Assim, o agendamento, o colocar um assunto em pauta, pode partir do próprio meio a partir de seus agentes que são os jornalistas; ou, então, um assunto ignorado ou não valorizado por estes pode mobilizar a

opinião pública e a discussão da sociedade acaba por mostrar a necessidade de discussão pelo meios de comunicação; ou, ainda, por pronunciamentos ou denuncias, por exemplo, de agentes políticos. E um determinado assunto pode ser agendado em diferentes momentos por diferentes "públicos" ou ser agendado simultaneamente por agentes diversos.

Outra vertente teórica a amparar a proposta "interativa" é a Educomunicação que tem como uma de suas ações, a partir da vertente da escola latino-americana de comunicação, a promoção da cidadania, tendo como ponto de partida o direito à expressão e à comunicação, a partir do desenvolvimento de projetos que potencializem a capacidade de expressão das pessoas, como indivíduo e como grupos. Segundo Angela Schaun, a ação educomunicativa pode ser definida como uma

> intervenção social permeada por práticas comunicacionais singulares, caracterizada pela pluralidade, transdisciplinaridade, interdiscursividade, voltada para a criação de novos projetos, a superação de problemas inspirados nos diferenciais das comunidades, no repúdio a toda e qualquer forma de exclusão, e na luta para a construção de novas utopias onde a cidadania e a alteridade sejam pressupostos (SCHAUN, 2002: p.5).

Assim, podemos citar como objetivos da Educomunicação: 1) a democratização dos meios de comunicação para a ampliação das possibilidades de formação e informação da sociedade; 2) transformar o receptor em produtor de conteúdo midiático; 3) estimular os sujeitos e os grupos a se tornarem protagonistas dos processos comunicativos; 4) através de suas ações, levar a um aumento da auto-estima dos indivíduos e grupos.

Isso significa que, quando falamos em Educomunicação, essa "Educação" que o termo sugere não é, exclusivamente, a Educação clássica, na sala de aula, com professores e alunos. A "Educação" da Educomunicação pode e deve ser pensada como formação de cidadãos plenos, e, nesse sentido, temos educadores e educandos. Os educandos são a comunidade onde o projeto Educomunicativo vai ser desenvolvido, e os educadores não são necessariamente e apenas profissionais da área da Educação, os comunicadores, como o próprio termo já indica, também fazem parte desse grupo de pessoas.

> Os educomunicadores são agentes culturais ou profissionais de comunicação no espaço educativo exercendo um serviço multidisciplinar e multimidiático, voltado para a comunidade e inspirado em conteúdos culturais específicos

> nos diversos territórios. Suas prioridades são a criação de novos projetos e propostas de trabalho baseados na superação de dificuldades, nas articulações comunicativas com lastro no talento e diferencial cultural das comunidades (SCHAUN, 2002: p.23).

A principal característica desses agentes-especialistas, ainda segundo a autora, é:

> trazer uma consciência ética baseada na capacidade humana de construir um mundo melhor e mais inclusivo e atuar visando as transformações da sociedade. Acreditam na formação de cidadãos críticos, participativos e inseridos no meio social, repudiando todas as formas de exclusão e discriminação. Os educomunicadores acreditam nas utopias sociais e trabalham em defesa da diversidade humana, do multi e do pluriculturalismo, da ecologia e lutam por uma comunicação participativa e democrática mas, sobretudo, por uma educação de qualidade que acolha a discussão crítica das influências dos meios de comunicação e das novas tecnologias. Trabalham com conteúdos multidisciplinares, multimidiáticos e didáticos, inspirado na inclusão, na diferença, em novas formas de perceber, agir e pensar o mundo. Criam novos projetos e propostas de trabalho que exijam desafios e apostam na criatividade e no talento cultural das comunidades, como sendo a principal contribuição política para ampliar o olhar sobre o outro na sua diferença e singularidade cultural (SCHAUN, 2002, p.25).

Então, quando os meios de comunicação e os telejornais "permitem" que os telespectadores participem do processo de pauta dá-se a oportunidade de que eles exerçam sua cidadania ao ter o assunto por ele "agendado" abordado no telejornal aproveitando a visão dele (e não somente a dele, senão os outros cidadãos seriam excluídos do processo), ao "noticiar" um assunto de interesse do público possibilita-se que mudanças e transformações ocorram no cotidiano de determinado grupo ou comunidade.

Uma terceira corrente do Jornalismo a amparar a proposta "interativa" é o *Civic Jouarnalism* ou Jornalismo Cívico ou Jornalismo Público ou, em tradução livre, Jornalismo de Contato com a Comunidade. A utilização do termo *Civic Journalism,* e essa "corrente" do Jornalismo, têm início no final da década de 1980/início da década de 1990 pelo jornal *The Wichita Eagle,* do estado do Kansas, nos Estados Unidos, a partir do desencanto do editor Davis Merrit com a cobertura da mídia na campanha presidencial de 1988. Depois, em 1994, é criado o Pew Center for Civic Journalism, nos EUA, que se torna o principal centro de irradiação do CJ.

Algumas considerações para se entender o CJ: 1) o civic journalism lida com a noção de cidadania como uma condição, quase uma obrigação, e não apenas para os moradores de uma região ou cidade, mas para imprensa também; 2) isso significa que, para o adeptos do CJ, a "coisa" pública precisa ser fiscalizada e acompanhada com

regularidade pelo homem comum e pelos meios de comunicação; 3) acompanhamento necessário porque o Jornalismo Público, de acordo com Bowman e Willis, "é um ato de um cidadão ou de um grupo de cidadãos que têm um papel ativo nos processos de coletar, reportar, analisar e disseminar informação. A intenção é de que esta informação seja fornecida de modo independente, confiável, exata, de amplo interesse e relevante" (*apud* FERNANDES, 2008: p.26); 4) nesse sentido, o receptor é tão relevante quanto o emissor e tem papel de destaque no CJ. Por isso, no CJ, o fundamental é que, mais que relatar os assuntos de interesse da coletividade, os mídia se envolvam nas ações e nos programas que tenham como intenção contribuir para a melhoria de vida da mesma comunidade. Assim, Jan Schafer afirma que o CJ é um jornalismo que ajuda

> as pessoas a superarem sua sensação de impotência e alienação, desafiando-as a envolver-se e tomar para si a responsabilidade sobre problemas comunitários. O CJ busca ir além da cobertura de um evento, uma reunião ou uma controvérsia. Ele tenta conduzir o conhecimento, e não apenas o envolvimento das notícias. Ele trata da cobertura do consenso e do conflito, reportagens sobre sucessos e fracassos, reportagens que possam auxiliar outras comunidades a lidarem com questões difíceis (SCHAFER *apud* FERNANDES, 2008: p.30).

Nas palavras de Clifton:

> os jornais que praticam o CJ se habilitam a ajudar na resolução de problemas de educação pública, de saúde coletiva e na área criminal, mas não ditando soluções, e sim facilitando debates, propondo encaminhamentos, celebrando acordos, diagnosticando falhas e encorajando cidadãos a se envolverem em assuntos comunitários (CLIFTON apud FERNANDES, 2008: p.31).

Apenas o ponto de partida

Desde os primórdios da televisão já se afirmava que a linguagem do jornalismo de TV deve ser simples, coloquial, espontânea, configurar-se uma conversa entre o jornalista e o telespectador. Porém, ao longo da história da televisão brasileira, o que vemos são telejornais iguais, engessados, com textos lidos pelos apresentadores e repórteres, com pouca ou nenhuma participação do público.

A digitalização do modo de produção e transmissão pode alterar esse *modus operandi* telejornalístico. Afinal, os telespectadores passam a ser, também, detentores das ferramentas de produção. E de tal modo, reivindicarão um lugar de destaque, pautando assuntos de interesse do público. O acesso a tecnologia, nesse sentido, representa uma alavanca propulsora de transformações no telejornalismo diário que, a

partir de agora, efetivamente, deverá passar a se configurar como um diálogo, como troca via interatividade, entre telespectadores e jornalistas de TV.

Pensando nisso é que propus as reflexões em forma de conversa presentes neste texto. Reflexões que também pautaram um módulo de "Edição Telejornalística", num pós-graduação em "Telejornalismo", numa faculdade do interior do Paraná, no segundo semestre de 2009. Após todas as discussões acima e outras os alunos, grande parte pauteiros, repórteres e editores de emissoras de TV parananeses, foram convidados a, em grupos, criarem e produzirem os pilotos de quadros que levassem em consideração a interatividade e as teorizações acima.

Nesse sentido, foram produzidas cinco propostas, com interatividade variada, que iam desde problemas de bairro onde os moradores podiam ficar uma semana com uma câmera simples para retratar os problemas até apostas interativas com o produtor rural. Embora os alunos dissessem que a proposta era boa, os fizesse refletir sobre como trabalhar as novas tecnologias de maneira nova, na avaliação da disciplina afirmaram que o conteúdo ministrado não teve relação com edição em telejornalismo, para eles, editar seria aprender a manipular os softwares de edição, controlar times lines, montar áudio e vídeo.

REFERENCIAS

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV** . São Paulo: Contexto, 2005.

FERNANDES, Márcio. **Civic Journalism** – haverá um modelo brasileiro? Guarapuava/PR: Edunicentro, 2008.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV** – manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil** – um perfil editorial. 2.ed. São Paulo: Summus, 2000.

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação** : reflexões e princípios. São Paulo: Mauad, 2002